
Educação no cenário capitalista: reverberações subjetivas em jovens universitários

Education in capitalist scenario: subjective reverberations in young graduate students

La educación en el escenario capitalista: reverberaciones subjetivas en estudiantes universitarios

Mendonça, Érika de Sousa¹ (Garanhuns, PE e Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0031-3608>

Gominho Filho, Amilson de Carvalho² (Garanhuns, PE e Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8403-378X>

Santos, Marcelle Beatriz Maria Cabral dos³ (Garanhuns, PE e Brasil)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3407-1897>

Resumo

O presente estudo buscou compreender vetores - sujeitos, contextos, políticas - que atravessam vivências universitárias juvenis, bem como investigou reverberações psicossociais do atual cenário político-econômico junto a 14 jovens estudantes de uma Instituição de Ensino Superior pública e interiorizada. Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais, posteriormente submetidas à Análise de Conteúdo. Como resultados, encontrou-se a presença de ideais neoliberais, próprios do capitalismo, nos modos de vida desses jovens. Também impactos psicossociais negativos dos sucessivos cortes de investimentos em educação foram destacados. Ainda, ressaltam-se desafios à autonomia juvenil, bem como as relações de amizade como promotoras de qualidade de vida e vinculação acadêmica.

Palavras-chave: Capitalismo. Estudante universitário. Juventude. Instituição pública de educação superior.

Abstract

The present study tried to understand the vectors - subjects, contexts, politics - that permeate university experiences, as well as the psychosocial reverberations of the current political-economic scenario, in the graduation of 14 young students in a public and up-country higher education institution. To reach the objective, individual interviews were accomplished and submitted to the Content Analysis. In this way, it was found a strong presence of neoliberal ideals, typical of capitalism, in the lifestyle of these people, as also negative psychosocial impacts of successive cuts in investment in education. Besides, the challenges to youth autonomy are highlighted, also friendship relations as promoters of quality of life and academic connection was evidenced.

Keywords: Capitalism. University student. youth. Public higher education institutions.

Resumen

El presente estudio buscó comprender vectores - sujetos, contextos, políticas - que atraviesan experiencias universitarias juveniles, así como investigar las reverberaciones psicossociales del escenario político-económico actual en 14 jóvenes estudiantes de una Institución de Educación Superior pública del interior. Con este fin, se eligieron personas y posteriormente se sometieron a Análisis de contenido. Como resultado, se encontró la presencia de ideales neoliberales, propios del capitalismo, en las formas de vida de los jóvenes, así como impactos psicossociales negativos de los sucesivos recortes en las inversiones en educación. Aún así, se destacan los desafíos a la autonomía de los jóvenes, así como las relaciones de amistad como impulsoras de la calidad de vida y los lazos académicos.

Palabras-claves: Capitalismo. Estudiantes universitarios. Juventud. Institución pública de educación superior.

¹ Professora Permanente do Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco. erika.mendonca@upe.br

² Estudante de Psicologia na Universidade de Pernambuco (UPE). amilson0878@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia na Universidade de Pernambuco (UPE). marcelle_beatriz_214@hotmail.com

Introdução

É ampla a discussão sobre o conceito de juventude, haja vista a heterogeneidade de vivências e tipos juvenis, atravessados por questões de classe, gênero, raça, contexto geográfico e posicionamento político. Na direção dessa diversidade de olhares, Mendonça (2018) denuncia o tratamento dado aos jovens na literatura científica, uma vez que os mesmos são, frequentemente, relacionados à noção de problemas sociais. Em uma perspectiva oposta, porém, também os jovens são apresentados a partir do seu potencial transformador e emancipatório, capazes de romper com o que está social e politicamente institucionalizado (Mendonça, 2018).

Com isso, admite-se que os jovens ocupam papéis sociais diversos, (re)construindo-se a partir dos meios de socialização em que se inserem. No entanto, vale destacar o papel democrático e crítico que a educação deve cumprir na formação destes sujeitos, preparando-os para atuação politizada na esfera pública e coletiva, como afirmam Freitas et al. (2017).

Assis e Gerken (2011), refletindo juventudes e educação, discutem a tomada de decisão após a conclusão do ensino médio, tendo como possibilidades a inserção no mercado de trabalho e/ou a continuidade em processos formativos. Esta última alternativa aparece permeada por expectativas de melhor inserção profissional posterior, que se mostra essencial aos jovens, visto o peso da independência financeira para a autossuficiência pretendida, segundo a lógica que sustenta o sistema capitalista (MATTOS; CASTRO, 2016).

Contudo, além do âmbito formativo acadêmico e profissional, a Universidade pode ser compreendida como um feixe aberto de relações interpessoais e de governança, podendo atuar, também, na constituição de sujeitos políticos. Nesse sentido, a Universidade configura-se como um espaço potencial para transformar indivíduos assujeitados - aqueles com posturas passivas frente às dominações que sofrem - em sujeitos políticos. Estes últimos, capazes de criticarem, posicionarem-se e insubordinarem-se, subvertendo os próprios termos de suas sujeições.

No entanto, não é suficiente, ao jovem, o desejo de ingresso em uma instituição de ensino superior, sendo também necessárias condições favoráveis para tal. No intuito de amenizar desigualdades sociais e promover equidade de acesso, o Estado tem adotado medidas para universalização da educação, dentre elas a Lei nº

12.711 (BRASIL, 2012), conhecida como lei de cotas. Dentre as medidas, está a interiorização das Universidades que, além de proporcionar desenvolvimento para cidades do interior, abarca jovens sem condições financeiras para o deslocamento em direção às capitais. Na região Nordeste, por exemplo, segundo dados da Secretaria de Educação Superior (SESU, 2014), houve uma expansão de oferta de cursos, o que fez com que as matrículas subissem em um percentual de 94% entre os anos de 2003 e 2013 realçando, assim, a importância de medidas como estas.

Mas não apenas o ingresso merece atenção, fazendo-se necessário um olhar às condições de manutenção dos estudantes no âmbito acadêmico. Para isto, foram criados programas com intuito de oferecer auxílios para alunos de baixa renda, na tentativa de combate à evasão e promoção da universalização do ensino. Destacam-se: o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), implementado em 2008, e a partir de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (Pnaest) (SESU, 2014).

Porém, de acordo com Perondi (2017), o Brasil apresenta crescente oscilação econômica, motivada pela crise mundial de 2009, causando mobilizações sociais e tensionamentos coletivos e políticos, inclusive da ordem da governabilidade do país. Ainda, destaca-se que esse contexto vem sendo agravado pelas relações e ações corruptas reveladas em instâncias jurídicas. Entretanto, o autor também alerta que é comum, na economia capitalista, recessão após períodos de desenvolvimento, como o que o Brasil havia passado.

Nesse cenário, presencia-se um contexto desfavorável a que programas de incentivo acadêmico sejam postos em prática. De acordo com a Cartilha Sobre a Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública, produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN, 2018), os investimentos nas instituições públicas diminuíram ao longo dos anos, ressaltando, a exemplo, que em 2017 as despesas com desenvolvimento científico foram menores que em 2013.

A sucessão de cortes afeta diretamente a educação pública, principalmente no que se refere à pesquisa e extensão, visto que as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas não possuem verba própria para manutenção dessas atividades. Além da falta de investimentos vivenciada nas IES, a Cartilha da ANDES-SN (2018) anuncia um possível desvio de verbas “em um processo de mercantilização da educação e de

desmonte das instituições federais de ensino, com profundos cortes no financiamento” (p. 7). Dessa forma, recursos que poderiam firmar um compromisso social das Universidades públicas, estão fortalecendo o crescimento da educação superior privada, que segundo a entidade já chega a ter 75,3% dos estudantes de IES.

Acrescente-se ao referido desafio a necessidade do estudante em adaptar-se ao processo do tornar-se universitário, com a conseqüente abertura à construção de subjetividades (PANÚNCIO-PINTO; COLARES, 2015). Investigar, pois, a Universidade naquilo que ela oferece para além da educação formal, é tarefa importante e necessária.

Considerando-se o cenário então apresentado, teve-se como objetivo, no presente estudo, investigar compreensões quanto às implicações subjetivas do ser jovem universitário em Instituições Públicas de Ensino Superior, no contexto político e econômico atual. A pesquisa também se direcionou a conhecer e refletir vetores que interagem na experiência de discentes, entendendo-a como multifacetada, num espaço universitário que forma profissionais e sujeitos múltiplos.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que atende ao objetivo de conhecer, de modo aprofundado, perspectivas de jovens sobre sua vivência universitária, situada em contexto público e interiorizado na região agreste de Pernambuco. Nesse contexto, acrescenta-se que muitos estudantes se deslocam diariamente da zona rural e de cidades circunvizinhas, bem como migram de sua cidade natal em busca da oportunidade de estudar.

Para o estudo, foram realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas, registradas em áudio, seguindo-se a orientação de Duarte (2004). Para a autora, por meio das entrevistas, o pesquisador pode se aprofundar no modo que os sujeitos significam sua realidade, de forma que as informações “lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações” (p. 215).

O corpus de pesquisa foi formado por estudantes de todos os cursos da instituição, com vinculações distribuídas entre o 2º e 8º períodos, de ambos os sexos. Todos entre 19 e 28 anos, contemplando a faixa etária de sujeitos considerados jovens pela Lei nº 12.852 (BRASIL, 2013), que versa sobre o Estatuto da Juventude.

O tratamento dos dados se deu a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), caracterizada pela possibilidade de inferências, obtidas através de processos de codificação e categorização. Isto faz com que os dados sirvam de sustentação para induções ou interpretações controladas, visto que possuem um objetivo delimitante.

Toda a pesquisa foi conduzida por princípios e cuidados éticos, que incluíram a participação voluntária dos jovens, o conhecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para assegurar o anonimato, os nomes dos interlocutores são omitidos. O estudo está contido numa pesquisa maior, intitulada “Saúde/Adoecimento mental no contexto educacional: problematizando sentidos, experiências, fatores intervenientes”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa através do CAAE número 89887717.3.0000.5207.

Jovens universitários e o atravessamento do capitalismo em suas experiências acadêmicas

Segundo Bourdieu (2007), a educação possui um caráter de repasse do capital cultural, estando o mesmo disponível em três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. O primeiro se materializa no corpo e nas práticas que envolvem este organismo e o segundo, se apoia em objetos que auxiliam na incorporação (como livros, quadros e máquinas tecnológicas). Já o terceiro é uma forma objetivada a partir de certificados e diplomas que comprovam um suposto saber, e é proporcionado principalmente pelas instituições de ensino, ao passo que trabalham para que determinado capital cultural seja assimilado pelos indivíduos institucionalizados.

A assimilação, ainda segundo o autor, modifica o *habitus*. Esse, configura-se como um produto da história, ou um sistema dinâmico de práticas, crenças e regras que são incorporadas pelo sujeito. Na medida em que o capital cultural é considerado um “ter que se tornou ser” (BOURDIEU, 2007, p. 74), a relação desse conceito com o *habitus* mostra-se íntima. Assim, considera-se, a partir do autor, que a construção de subjetividades acontece tanto na relação com os outros, quanto nos recursos ao seu alcance e no contexto político, econômico e cultural em que está inserido.

Nesta pesquisa, características do neoliberalismo - entendido como principal valor do capitalismo, sistema de organização sócio econômica vigente - mostraram-se presentes nas narrativas dos entrevistados. Em tal configuração, a prioridade é o lucro máximo de capital financeiro e, para tanto, estimula-se a

competitividade. Com isso, a autossuficiência passa a ser a meta dos indivíduos, já que só assim podem competir plenamente nesse sistema (BERNARDO, 2014). E isso se mostra já nas motivações dos estudantes ao ingressarem na Universidade, visto que revelam uma tentativa de melhor inserção no mercado de trabalho:

A gente vê aquela afirmação bem popular “ah, o que vai te fazer mudar de vida são os estudos”, né? É uma ideia que é disseminada por aí, então eu ouvi essa ideia e fui por esse caminho, com a esperança de que os estudos iriam me proporcionar oportunidades de ascender socialmente (Sujeito 1).

A Universidade, como referida nessa entrevista, é vista como possibilidade de ascensão social e melhoria do poder aquisitivo, o que vai ao encontro dos dados encontrados na pesquisa de Oliveira, Bittar e Lemos (2010). Para os autores, estas instituições representam uma oportunidade para as classes populares, que vivenciam diversas problemáticas para manutenção no ensino superior. Nesse sentido, o universitário parece atualizar a lógica capitalista acima refletida, reproduzindo práticas típicas desse sistema. Por sua vez, a Universidade aparece como instrumento capaz de oportunizar a participação nos jogos políticos pelo capital financeiro.

Tal fenômeno é descrito por Bourdieu (2007) enquanto conversão de capitais. Na Universidade, a lógica da conversão pode ser percebida enquanto a aquisição institucionalizada de capital cultural relativo ao que é objeto de estudo, e o diploma comprova o saber e gera reconhecimento social. O reconhecimento, por sua vez, se transforma em moeda de troca no mercado de trabalho, gerando recursos materiais e financeiros, ou seja, capital econômico.

Na busca pelo diploma, estudantes buscam por IES em outras cidades e, para tanto, deixam a casa dos pais, passando a morarem sozinhos ou dividindo apartamento com outros estudantes. Sobre essa mudança, Mattos e Castro (2016) encontraram em suas pesquisas que morar com os pais é visto pelos jovens como um dos maiores obstáculos para que se obtenha liberdade. No âmbito familiar existe uma hierarquização de papéis que fazem com que haja a dependência, interferindo nas tomadas de decisão e impedindo a privacidade almejada, segundo destacam.

Assim é que, para os estudantes que saíram da casa dos pais, o ingresso na Universidade parece vir acompanhado de algo próximo à liberdade. Sem a interferência direta da família em suas decisões, gozam de maior privacidade e aproximam-se de seus próprios desejos e vontades, como observado na fala a seguir:

Eu idealizei minha liberdade [...] eu queria sair, eu sempre quis ter minha casa, eu sempre quis ter minhas coisas, trabalhar, e ter meu dinheiro, sabe? Lidar com minhas coisas sozinha. Então, pra mim, foi um alívio e ali eu já comecei o meu mundinho. Pra mim, aquilo é que era satisfatório [...] mesmo se eu não tivesse gostado do curso, eu iria continuar ali. Porque eu pensava nisso, minha liberdade (Sujeito 2).

Nota-se, a partir desta narrativa, que a noção de liberdade vem entrelaçada ao ideal de indivíduo do liberalismo. Ou seja, “independente, autossuficiente, responsável por si mesmo e preparado (legal e educacionalmente) para assumir as consequências de seus próprios atos” (MATTOS; CASTRO, 2016, p. 69). Sendo assim, a independência financeira aparece como um dos principais objetivos para os universitários, uma vez que lhes proporciona liberdade para decidir a partir de suas necessidades e desejos. Porém, conseqüentemente, acarreta em responsabilidades. Sobre a temática, o Sujeito 3, participante da pesquisa, declara:

[...] Tu cria um horário pra tu estudar, pra tomar conta das responsabilidades da casa, lavar os pratos, lavar banheiro, pra tu varrer, pra tu pagar boleto, e esse daí é um ponto principal, lembrar de pagar os boletos, né? [...] Acho que mudou por causa disso, você tem que criar maturidade.

Portanto, assumir responsabilidades parece aproximar os jovens da vida adulta, mesmo que, para a maioria, financeiramente ainda haja dependência. Os estudantes, muitas vezes, analisam a saída da casa dos pais e a própria Universidade como etapas do desenvolvimento. Esse processo de desenvolvimento é entendido por Panúncio-Pinto e Colares (2015) como multifatorial, caracterizado por mudanças na capacidade adaptativa. Dessa forma, ao assumirem responsabilidades, relatam que aprendem a lidar com as consequências de suas decisões e se adaptam a essas, de modo que se observa abaixo:

[...] Proporciona amadurecimento. A gente chega aqui bem lesinho, sem saber o que é o mundo, o que é a vida, sem saber o que é adulto de fato, aí você vai levando tanta porrada aqui dentro, que a gente começa a ver como é a vida lá fora, então, é meio que um reflexo (Sujeito 4).

É interessante refletir, a partir deste recorte, a forma que a Universidade aparece como preparatória para a vida, como se o universitário apresentasse características tanto do estudante secundarista, quanto do adulto trabalhador. Como se situa em um estado intermediário, a transição entre a adolescência e a idade adulta,

é marcada, muitas vezes, pela assunção, por parte da juventude, de papéis sociais adultos (PANÚNCIO-PINTO; COLARES, 2015).

Para Monteiro (2014), há uma lógica de equivalência entre sujeito-produtivo e sujeito-adulto, de maneira que são sofridos efeitos na passagem para a vida adulta. Com isso, as obrigações dos estudantes não lhes trazem um retorno capaz de promover a legitimação da condição sujeito-produtivo, provavelmente porque o retorno almejado é de âmbito financeiro. Mesmo as bolsas de estudos não promovem condições suficientes à independência, considerando que muitas vezes não atendem a todas as necessidades, nem a todos os estudantes que precisam.

Apesar dessa perspectiva analítica, ainda parece existir o desejo de o jovem universitário se afirmar enquanto sujeito-produtivo. Assumindo a lógica de produtividade, acumula atividades acadêmicas e relata, muitas vezes, falta de tempo para momentos de lazer. Trechos das entrevistas realizadas sinalizam tal situação:

Sempre acontece, não sei se já aconteceu com você, de você ter que dividir, dividir não, trocar o tempo com seus amigos pra você estudar, tá ligado? E, tipo, você sabe que é um sacrifício, você sabe que precisava daquele momento com eles, mas você tem que fazer, pelo menos naquele momento, pra você conseguir alcançar um objetivo que você quer (Sujeito 5).

Pode não ser da forma como eu queria, obviamente eu queria ter muito tempo livre pra conversar, pra assistir, pra jogar, pra comer, pra cozinhar, que eu adoro cozinhar! Mas eu tenho que conciliar da melhor forma, sem deixar de fazer as coisas que eu gosto com quem eu gosto, se não também não tem motivo, você vai só estudar a vida toda? Não dá! Melhor, às vezes, tirar uma nota um pouco menor! (Sujeito 6).

Bernardo (2014) afirma que a competitividade do modo de vida capitalista e neoliberal está presente nas Universidades do Brasil a partir do “produtivismo acadêmico”. Nesse viés, produzir deixa de ser uma atividade intelectual e passa a se voltar apenas a dados quantitativos, a exemplo das notas se tornando o principal enfoque, por constarem no histórico escolar. A abdicação da nota máxima, nesse contexto, aparece como sinônimo de resistência a esse modo de organização e de autocuidado, sendo necessário, também, uma boa administração do tempo.

Com isso, universitários se deparam com um impasse entre os objetivos traçados para o futuro e suas necessidades atuais. Isso se revela na medida em que notas e atividades curriculares importam para a inserção no mercado de trabalho, mas esse estudante também precisa lidar com outras demandas do cotidiano.

Vale destacar que estudos acerca da saúde mental de universitários apontam a recorrência de depressão e ansiedade (PADOVANI et al., 2014). Tal informação é reconhecida pelos estudantes na pesquisa que, além de terem ciência da vulnerabilidade em que se encontram, ainda relatam vivências nessa direção:

Não aguentei mais segurar, aí meio que explodiu. Aí, esse foi o momento da minha parada e cheguei a trancar tudo. Foi aí que eu pensei: não pode ficar mais dessa forma, preciso encontrar métodos pra me trabalhar, pra cuidar de mim (Sujeito 7).

As mudanças advindas do processo de formação se apresentam não somente intelectuais, mas também cognitivas, emocionais e comportamentais, do início até o final da graduação (REYES JÚNIOR et al., 2018). Nesta pesquisa, no âmbito universitário, os estudantes mostraram-se sobrecarregados, associando o ser universitário a palavras como cansaço, estresse, pressão, sofrimento, trabalhos, correria, cobrança e dificuldade. Ilustra-se isso com o exemplo extremo do Sujeito 7, em que as responsabilidades da Universidade fazem com que ele precise fazer escolhas entre necessidades básicas: “[...] eu não como porque ou eu como ou eu durmo, aí eu prefiro dormir, porque eu tô mais exausto do que com fome, aí, às vezes, eu passo 26 horas sem comer.” (Sujeito 7)

Alguns desses fatores também podem ser identificados de modo associado à competição e individualidade, mencionados anteriormente, nas falas dos Sujeitos 8 e 3. Os estudantes, ao refletirem sobre ser universitário, afirmam:

É muito aperreio, noite mal dormida, muita pressão, no final do período principalmente, e eu acho que também é um ambiente que tá todo mundo ali, se pressionando um no outro. Trabalho em grupo é a pior coisa! (Sujeito 8).

Você sente que tem algumas pessoas, não são todas, querendo passar por cima das outras. Quando o fato bolsa é mencionado, que vai ter pagamento, vai ter concursozinho pra alguma coisa, você vê gente com sangue no olho e a faca nas suas costas, é comum isso (Sujeito 3).

Aqui se identificam desafios em face de situações de competitividade e ao ritmo produtivo estimulado no ambiente universitário, fazendo com que não se trabalhe baseado em alteridade. Isso dificulta que os trabalhos sejam desenvolvidos de maneira saudável, como reflete Bernardo (2014). No entanto, entende-se ser essa uma característica intrínseca à sociedade capitalista contemporânea, sendo também expressa nesse ambiente.

Dessa forma, a vida acadêmica é caracterizada pelas tensões que incluem responsabilidades e o aprendizado de uma profissão. Ainda assim, os sentidos de recompensa e prestígio são dados às produções intelectuais, de modo que se ressalta o reconhecimento social a partir do número de produções e publicações, não só entre os docentes, como surgiu na pesquisa realizada por Bernardo (2014), mas também entre os próprios discentes. Essa conjuntura imprime, no estudante, a perspectiva de que vale à pena o esforço para essa troca simbólica, como expresso por Sujeito 4:

Por mais que a gente tenha todas essas dificuldades que eu falei pra vocês, a gente consegue produzir algo nosso. Tipo, é como se você tivesse parido um filho quando você entrega seu projeto de TCC, quando você entrega um artigo, sabe? E quando você vê o resultado daquilo, tipo “pô, eu me esforcei muito, sofri muito, mas eu consegui fazer algo”. Então eu acho que é isso, esse sentimento de conquista e de vitória (...) quando tá pronto, que tá publicado, você sente aquele prazer, tipo, eu sofri, mas valeu a pena.

O trecho destacado nesta narrativa permite a reflexão de que o reconhecimento se configura como uma espécie de capital social e simbólico, dando sentido à experiência universitária. Segundo Bourdieu (1998) o capital social é “uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento” (p. 67). Nesse cenário, trabalhos relevantes podem ser considerados moedas no ambiente acadêmico e sua acumulação possibilita reconhecimento social. Tal reconhecimento associa-se aos sentidos simbólicos que tangem a produção acadêmica - capital simbólico - atribuindo valor à cada produção.

É assim que, ao ingressarem na Academia, os jovens são convidados pelo capitalismo a saírem de sua zona de conforto e iniciarem uma disputa com os pares e consigo por títulos capazes de afirmar sua validade enquanto adultos e estudantes bem-sucedidos. Nesse percurso, recebem novas responsabilidades e sentem o impacto das mudanças no seu bem-estar, que por vezes é negligenciado em prol do que entendem ser produtivo.

Permanência nas Universidades e conquista da autonomia juvenil: sujeitos e fatores intervenientes

Reichert e Wagner (2007) entendem a autonomia como “a capacidade do sujeito decidir e agir por si mesmo” (p. 408). No entanto, admitem a influência de interferências externas no desenvolvimento desta, revelando que o contexto no qual o sujeito está inserido configura-se como um fator importante nesta equação.

Sabe-se que muitos estudantes ainda dependem financeiramente dos pais, e os custos de sua estadia aparecem nesta pesquisa atrelados à noção de autonomia, através da necessidade de assumir responsabilidades e gerir as finanças. Porém, esse aspecto é enunciado também como uma mercadoria de troca na relação familiar:

[...] A cobrança acontece: “tu tá em outra cidade, eu tô gastando com moradia contigo, com alimentação, tu tem obrigação de estudar, de passar em tudo, de tá ali por dentro da faculdade, de tá o tempo todo procurando estágio”. Ou seja, eu tenho as minhas obrigações, né? Você começa a se cobrar bastante, além de você ter outras obrigações que acontecem por causa de você estar morando sozinho (Sujeito 3).

É interessante notar como a autonomia é ponderada em seu caráter de parcialidade, e aparece associada às responsabilidades assumidas (e socialmente requeridas). Os estudantes sentem que a família exige altos padrões de desempenho nos estudos e, como repercussão, a auto cobrança é potencializada. Sobre este aspecto, Bardagi e Hutz (2008) constataram que o medo de desperdiçar os recursos que os pais investem em sua formação, podem gerar, nos jovens, ansiedade e, inclusive, adiar possíveis evasões do âmbito universitário. Assim é que ressaltam a importância do apoio familiar nas experiências universitárias, não só na satisfação com o curso, como também no que diz respeito à integração acadêmica.

Assim, aparece nesta pesquisa outro aspecto descrito por Bourdieu (2007), relativo à conversão. Para o autor, também o capital financeiro é convertido em capital cultural. A partir deste pressuposto, vê-se que o capital cultural ofertado pela Universidade pública só pode de fato ser assimilado, se houver capital financeiro que assegure moradia, transporte e alimentação.

No que tange às influências do aspecto financeiro na vivência universitária, Tontini e Walter (2014) constatam que estresse e ansiedade são mais prováveis de aparecerem nos sujeitos em condições econômicas desfavoráveis. Assim, o suporte financeiro familiar parece garantir condições de sobrevivência melhores, todavia, tendo em vista as exigências que se impõem como troca desse investimento, podem favorecer o desenvolvimento de níveis patológicos em jovens.

Como solução para necessidades financeiras pessoais ou familiares, surge a possibilidade de empregos. Nesta pesquisa, seis dos nove estudantes noturnos entrevistados optaram por trabalhar, tanto por uma demanda econômica, quanto pela disponibilidade de turnos. No entanto, tal inserção reflete-se, por vezes, em

dificuldades de conciliar as ocupações, demandas e horários, distanciando-se do foco de formação acadêmica: “a maioria dos estudantes trabalha, não tem tempo pra tá aqui” (Sujeito 6).

Esse afastamento parece repercutir também na forma com que percebem os problemas que enfrentam no cotidiano da instituição. Observa-se um exemplo no recorte da entrevista do Sujeito 6, ao afirmar: “Pode melhorar? Pode! Mas não está em um nível crítico”. Tal narrativa parece aproximar-se daquilo que Mendonça (2018) chama de alheamento, revelado por um comprometimento do posicionamento crítico, não sendo as queixas reconhecidas como reivindicações sequer por quem as proclama.

Nesse sentido, estudantes evidenciam queixas que denunciam problemas estruturais na Universidade, tais como a falta de professores, a inutilização de recursos laboratoriais, a má circulação dos editais de bolsa de iniciação à pesquisa e à docência. Todavia, não se comprometem quanto à reivindicação por melhorias dos aspectos então criticados.

Assim acontece também no que se refere a uma avaliação sobre a qualidade de ensino ofertada na IES. Os estudantes denunciam, inclusive, despreparo dos docentes em sala de aula, como exhibe o trecho narrativo: “Tem muitos professores leigos, eles não entendem bases pedagógicas muito importantes, é como se eles não entendessem como é ensinar outra pessoa” (Sujeito 7). Uma vez mais, contudo, essa é uma queixa que, segundo relatam, apenas circula entre os próprios estudantes, não se buscando alternativas de resolução do problema. Com isso, embora haja crítica e descontentamento, característico de sujeitos políticos, não há manifestações concretas de atos de resistência. Ao mesmo tempo, também não se pode acusá-los de completa conduta de assujeitamento, já que questionam, se inquietam e desejam mudanças no contexto ao qual estão inseridos.

Em relação à presença da classe trabalhadora nas IES, Oliveira, Bittar e Lemos (2010) constatam que o desgaste causado pela dupla jornada de trabalho pode levar o estudante a um descompromisso com a formação, bem como sentimentos de impotência, presentes nesta pesquisa também. Então, os alunos se encontram em um estado de inércia, seja pela acomodação à situação ou como resultado da culpa que entregam a si por um mau desempenho em sua vivência acadêmica. Como

consequência, mudanças não são propostas, mesmo que as reclamações sejam coletivas, criando, assim, uma cultura institucional baseada na inação dos estudantes.

Apesar da restrita (ou ausente) movimentação para resolução de insatisfações, há um olhar crítico dos discentes, que percebem prejuízos e se sentem lesados pela falta de investimentos e mau uso da máquina pública pelo Estado:

São muitos estudantes que só tão aqui com muita luta, porque depende de um trabalho ali, e ainda fazem um brigadeiro, porque tem que pagar o aluguel no fim do mês, sabe? Esse é o caso em muitos estudantes, que com certeza se beneficiariam com programas direcionados a eles. E eu acho que o que mais falta nesta Universidade é apoio aos estudantes. Eu não sei se é o que mais afeta ou o que mais falta, mas eu vou deixar que é o que mais me afeta (Sujeito 9).

Ao invés de eu tá trabalhando, eu estaria desenvolvendo projetos pra faculdade, pra ter a bolsa todos os meses [...] já era uma ajuda (Sujeito 5).

Não é que eles não sabem no que investir, eles não querem investir nisso porque eles sabem que vão produzir pessoas que vão poder criticar eles, eles querem vetar isso (Sujeito 7).

Segundo Rêgo e Silva (2015), a Assistência Estudantil possibilita a permanência dos estudantes com qualidade na Universidade, viabilizando experiências acadêmicas e suprindo necessidades da vida diária. Portanto, o auxílio asseguraria o acesso à educação, previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (NAÇÕES UNIDAS, 2009) e a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), e possibilitaria autonomia de ação e transformação no âmbito acadêmico e reverberação no contexto onde está inserido. Mas não é assim que tem se dado.

Nessa conjuntura, e considerando o papel das Universidades públicas na reparação de desigualdades, é necessário pensar no público que se pretende alcançar e nas adequações necessárias para tanto. Uma vez que a instituição não pretende ficar restrita apenas às elites - como também denunciado por Oliveira, Bittar e Lemos (2010) - a Universidade pública se faz contraditória. Tal contradição se expressa quando a continuidade no processo de formação precisa de um suporte econômico que só é encontrado fora da instituição. Isso ainda se agrava ao se observar que a integração de estudantes com a instituição e a dedicação à formação pode ser prejudicada.

Para que se compreendam as necessidades financeiras anteriormente referidas, observa-se a narrativa do Sujeito 1:

[..] Pra cursar a graduação, precisa de recursos, nem que sejam públicos, mas você precisa passar muito tempo aqui, e pra isso você precisa de dinheiro pra alimentação, às vezes o traslado que o transporte público não pode te atender, então você precisa utilizar de transporte alternativo, existem as aulas de campo que você precisa também de dinheiro pra isso. Então, a parte mais desafiadora é você não ter emprego, não ter bolsas, que existiam mas elas tão sendo reduzidas e deixando de existir.

É assim que, inserido em uma lógica produtivista, o estudante só é valorizado conforme produz, ainda que esta produção se dê de modo voluntário. No caso da Universidade onde se realizou o estudo, por se tratar de uma instituição interiorizada, é comum o deslocamento diário de estudantes provenientes de cidades circunvizinhas ou de zonas rurais. Este aspecto representa mais um elemento dificultador aos jovens universitários em situação de precariedade econômica:

Eu saí da zona rural e passei a ficar dormindo na cidade, durante o dia voltava pro sítio, aí foi bem complicada a locomoção, porque era muito perigoso ir da cidade pro sítio à noite, aí eu divido uma casa mais umas colegas aí a gente dorme, durante o dia cada uma vai pro seu lugar e a noite volta (Sujeito 10).

Como defendido por Pires, Kneib e Ribeiro (2020), é notável o desgaste causado pelo deslocamento pendular vivenciado pelos residentes de lugares periféricos ao local em que estudam. Na realidade dos entrevistados desta pesquisa, ainda que relatem o cansaço, por ser economicamente mais conveniente (ou mesmo possível), os estudantes se adequam à rotina de idas e vindas.

Considerando-se o objetivo da interiorização das Instituições de Ensino Superior públicas, o projeto de reparar injustiças sociais tem se dado apenas através do acesso à educação com fins de desenvolvimento do capital. Nesse sentido, o papel das IES é ressaltado a partir da quantidade de mão de obra formada. Apesar da implementação do campus interiorizado ter a intenção de desenvolvimento econômico e social, os seus usuários sentem o distanciamento do Estado na manutenção dos estudantes nesses espaços, com qualidade assegurada.

Ainda, apesar de todo o empenho para ter acesso à Universidade, os entrevistados se referem frustrados com o que acontece no ensino e, mais uma vez, indicam que os cortes na educação foram sentidos no cotidiano estudantil:

A gente tem sete professores só, se não me engano, então eles ficam extremamente sobrecarregados. [...] Por eles estarem sobrecarregados, não conseguem dar o melhor de si nas aulas, e a gente não consegue absorver o melhor deles (Sujeito 4).

Diante de um quadro precário, professores são sobrecarregados não só pela lógica produtivista - como destaca a pesquisa de Bernardo (2014) - mas pelas lacunas que precisam preencher. Paralelamente, estudantes não se sentem valorizados e estimulados, denunciando, através de suas narrativas, falhas na cultura institucional, deficiência na quantidade e qualidade de docentes, além de denúncias com relação à estrutura da Universidade, como se pode ver na continuação da narrativa anteriormente iniciada:

A gente tem o laboratório de história, que tem fósseis e tudo mais, mas que está escanteado. Os fósseis tão lá à mostra, tem toda uma questão de bactérias e tudo mais, o que mais pesa é isso, a gente vê que falta um investimento maior (Sujeito 4).

À respeito do financiamento do ensino, o Art. 212 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que os Estados, Municípios e o Distrito Federal devem investir, anualmente, no mínimo 25% dos recursos provenientes da captação dos impostos em educação, enquanto a União possui um mínimo de 18%. Nesse estudo, a fala dos estudantes parece estar em consonância com os dados do e-book elaborado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (2018) que cita uma diminuição dos recursos, que aconteceu entre os anos de 2013 e 2018, direcionados às Universidades estaduais.

Além do que foi citado anteriormente, as IES favorecem espaços para interação e socialização, possibilitando a criação de vínculos afetivos entre os estudantes, docentes e demais funcionários das instituições. Tais vínculos revelam-se como decisivos para que a evasão seja evitada, a partir do suporte emocional construído (BARDAGI; HUTZ, 2008; OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2015; REYES JÚNIOR ET AL, 2018). Portanto, os relacionamentos que emergem no ambiente acadêmico afetam não só a satisfação com este, como também favorecem a adaptação do estudante ao ensino superior. Sobre isso, o Sujeito 1 relata:

Quando eu entrei na Universidade e fui tendo um contato direto com as pessoas, fazendo amizade, eu fui descobrindo que nas diferenças você encontra mundos que são interessantes pra você se integrar também. [...] Eu acho que nosso ser tem isso de muita necessidade de socializar, e eu encontrei isso dentro da Universidade.

No que diz respeito ao próprio curso, as amizades aparecem enquanto fator positivo para a permanência dos alunos, representado na seguinte fala:

A turma, na minha vida, ela fez muita diferença [...] A maioria convive junto! Por exemplo, eu dou monitoria, então... sabe?! Essa interação do dia a dia também ajuda a segurar a barra da faculdade, que é bem pesada (Sujeito 6).

Com este recorte, percebe-se a importância dos espaços fornecidos pela dinâmica institucional - como a monitoria, por exemplo - para a criação de laços, reforçando também a necessidade de uma instituição comprometida com a integração acadêmica. Além disso, Bardagi e Hutz (2008) ressaltam a representação profissional que a turma tem para o estudante, de modo que esta representa o primeiro contato com a profissão. Assim, a fala citada anteriormente parece expressar não só a importância dos colegas para a permanência no curso, como também uma satisfação com os rumos escolhidos, atravessada por uma vivência coletiva.

E não apenas no trecho anterior é expressa a importância das relações para a permanência do jovem na IES. Também o Sujeito 5 evidencia: “se não recebesse apoio, eu já teria desistido faz tempo. Depois que eu entrei aqui, teve uns 2 ou 3, de 40 alunos, que fizeram com que eu não desistisse do curso”. Isto posto, confirma-se a premissa de que os grupos de amizade tendem a fornecer suporte emocional e até financeiro para um melhor rendimento, auxiliando na formação dos estudantes de maneira abrangente (OLIVEIRA; SANTOS; DIAS, 2015).

Além disso, as relações proporcionam uma partilha cultural, que é potencializada pela diversidade desse público:

É um universo completamente diferente da nossa realidade, porque aqui a gente vê uma diversidade de público enorme! Encontra gente de várias configurações e a diferenciação de conhecimentos daqueles que estão fora da Universidade, como as próprias pessoas do nosso dia a dia, família, no meu caso, da zona rural, é completamente diferente, a cabeça é outra, outra conversa, outra abertura pra tudo (Sujeito 10).

A Universidade se configura, assim, como um espaço de descobertas que vão além do conhecimento de novos saberes, mas inclui o contato com a multiplicidade cultural das pessoas que constroem esse espaço.

Com isso, nota-se que a permanência na Academia se constitui além de motivações profissionais e pode ser garantida a partir de uma cultura institucional acolhedora e socialmente responsável. Também, é possibilitada através de amizades que proporcionem um ambiente confortável e confiável para o desenvolvimento de potencialidades e exploração de novas possibilidades. Sendo assim, o processo de

graduação pode proporcionar *empowerment*. A partir de um olhar crítico, o indivíduo é capaz de tomar suas decisões de forma consciente tanto consigo (*empowerment* interno) quanto com o ambiente (*empowerment* externo), adquirindo maior poder sobre a própria vida, como destaca Cavalieri (2017).

Considerações finais

Assim como apreendido na revisão de literatura, constata-se também no estudo empírico realizado, a multifatorialidade presente na experiência acadêmica, marcada pela ideação da autonomia, e com a vivência parcial desta. Tal parcialidade está mobilizada, sobretudo, pela dependência financeira familiar, ou pela falta de liberdade para gerir o tempo, visto que muitos estudantes precisam trabalhar para se manterem na Universidade.

No estudo, os entrevistados evidenciaram trajetórias marcadas pela carência, seja de recursos estruturais, seja de recursos pessoais, revelando a ausência de investimentos do Estado na Universidade e condições de desigualdade social. Estas situações os conduzem a uma jornada dupla entre estudos e trabalho e a desgastes emocionais, que inviabilizam a imersão na formação e vivências universitárias.

Esta pesquisa denuncia, pois, requisitos e desafios próprios do capitalismo, na medida em que a Universidade cobra produtividade, mas não proporciona recursos financeiros para permanência e autonomia dos estudantes. Desse modo, é realçada a necessidade de reinvenções da instituição, visando mais políticas estruturais que atendam à manutenção de estudantes nas IES.

Nesse contexto, destacaram-se as relações interpessoais como vetores de impacto para a qualidade da vivência universitária, uma vez que propiciam a integração acadêmica e afetiva. Isto revela que, ainda que o individualismo e a competitividade sejam incentivados, a interação dos pares é apreciada e produz benefícios, conectando-os e evitando, inclusive, a evasão universitária.

Outro achado a ser ressaltado é que, apesar do papel de transformação de realidades que a Universidade cumpre, ao mesmo tempo ela ajuda a manter a monopolização das carreiras de maior retorno financeiro entre os mais ricos. As possibilidades de ingresso e permanência de estudantes de classes baixas em cursos prestigiados, apesar de serem maiores hoje, ainda se mostram deficitárias. Um dos

vetores que permeiam tais aspectos é o tempo de implementação de medidas de universalização da educação, bem como a ineficiência de seu cumprimento integral.

Contudo, ressalta-se o diferencial que a Universidade promove à juventude brasileira, de modo a estimular maior autonomia e imersão em suas escolhas profissionais, prospectando-se um futuro diferenciado daquele vivido pelas gerações anteriores. Reconhece-se que, como efeito da implantação de algumas das políticas ressaltadas ao longo do estudo, as Universidades públicas se evidenciam hoje como um ambiente mais justo e democrático.

Como ressalvas, informa-se a realização da pesquisa de campo no final do ano letivo, o que pode ter influenciado nos resultados, haja vista cansaço próprio deste período, nos estudantes. Ainda, vale destacar os desafios de investigar impactos da economia e da política, sem se tomar viés político-partidário, mas demonstrando consequências psicossociais provocadas por crises econômicas, pela condução política de pautas e verbas investidas em tecnologia e educação. Juntamente às limitações acima citadas, faz-se necessário realçar que a investigação se deu em um contexto particular de IES, que pode divergir da experiência de outros estudantes e de outras Universidades públicas.

Temas que emergiram no estudo e que se ressalta como temas necessários a pesquisas futuras, incluem: o desinvestimento do professor desde sua formação inicial (os estudantes de licenciaturas destacaram e exemplificaram situações de descaso acentuado de investimento público, pouca qualidade e quantidade de docentes) e a interiorização das Universidades, visto que tal implementação ainda é recente e carente de maiores debates.

Referências Bibliográficas

ASSIS, David A. R. de; GERKEN, Carlos H. S.. Escolhas de vida pós-ensino médio e representações sociais da Universidade pública. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 378-395, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v17n3/v17n3a04.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BARDAGI, Marucia P.; HUTZ, Cláudio S.. Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 31-44, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v9n2/v9n2a05.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDO, Marcia H.. Produtivismo e precariedade subjetiva na Universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 129-139, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/14.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Organização: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CAVALIERI, Irene C.. **Processos de empowerment no contexto da intervenção social**: um estudo comparativo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017, 103 p. Dissertação em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/82584/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_final_IreneCavalieri.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Financiamento da educação superior no Brasil**: impasses e perspectivas. Brasília: Edições Câmara, 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/financiamento-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-perspectivas>>. Acesso em: 26 out. 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FREITAS, Mariana G. P. et al.. Os desafios da entrada e permanência da Universidade por estudantes da classe trabalhadora. In: XXI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XVII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO E VII ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, São José dos Campos, 2017. **Anais...** São José dos Campos: Univap, 2017, p. 1-6. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2017/anais/trabalhos_ciencias_humanas.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

MATTOS, Amana R.; CASTRO, Lucia R. Jovens e a liberdade: reflexões sobre autonomia, responsabilidade e independência. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 65-73, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00065.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MENDONÇA, Érika de S. (2018). **Entre políticas de adesão e políticas de transformação**: construções e expressões de subjetivação política em jovens militantes. Olinda: Gráfica A Única.

MONTEIRO, Renata A. P. A importância do trabalho na transição para a vida adulta. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 20-29, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/desi/v4/n4a03.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, João F.; BITTAR, Mariluce; LEMOS, Jandernaide R. Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 201-384, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/12799/5/Artigo%20-%20Jo%C3%A3o%20Ferreira%20de%20%20%20Oliveira%20-%202010.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, Clarissa T.; SANTOS, Anelise S.; DIAS, Ana C. G. Características das Relações dos Universitários e Seus Pares: Implicações na Adaptação Acadêmica. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 150-163, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100013>. Acesso em 21 mar. 2021.

PADOVANI, Ricardo da C. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 10, n. 1, p. 02-10, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-56872014000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PANÚNCIO-PINTO, Maria P.; COLARES, Maria de F. A.. O estudante universitário: os desafios de uma educação integral. **Revista Medicina**, Ribeirão Preto, v. 48, n. 3, p. 273-81, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/104320>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PERONDI, Eduardo. Crise econômica e instabilidade política: cenários da ofensiva do capital contra o trabalho no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 603-621, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8236>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PIRES, Ana C. F.; KNEIB, Érika C.; RIBEIRO, Rômulo J. C. Impactos da metropolização no sistema de transporte coletivo: estudo de caso na Região

Metropolitana de Goiânia. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 47, p. 247-272, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962020000100247&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RÊGO, Erny C.; SILVA, José R. R. Acesso e permanência na educação: os desafios da Assistência Estudantil. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2015, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/anais-joinpp-2015.html>>. Acesso em: 26 out. 2020.

REICHERT, Claudete B.; WAGNER, Adriana. Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 405-418, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000300004>. Acesso em: 21 mar. 2021.

REYES JÚNIOR, Edgar; et al. Relações interpessoais e sua influência na satisfação dos acadêmicos. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 206-228, 2018. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/807-3258>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 - 2014**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 26 out. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública**. Brasília: ANDES-SN, 2018. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1877498921.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2020.

TONTINI, Gérson; WALTER, Silvana A.. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos?: ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 89-110, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Erika de Sousa Mendonça

Garanhuns, Pernambuco, Brasil

Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade de Pernambuco. Professora Permanente do Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa de Processos Psicossociais, Poder e Práticas Coletivas (2012-2016); Mestre pelo mesmo programa no período de 2006 a 2008; Especialista em Intervenções em Psicologia Clínica, pela Universidade Católica de Pernambuco (2004-2005). Participação no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL) da UFPE e Práticas discursivas, Interação Social e Ensino (DISCENS) da UPE. Desenvolvimento de projetos de pesquisa na linha da Psicologia Política, problematizando a juventude e questões raciais, modos e processos de subjetivação, participação política e políticas públicas de juventude.

Email: erika.mendonca@upe.br**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5162383049547519>**Amilson de Carvalho Gominho Filho**

Garanhuns, Pernambuco, Brasil

Estudante de Psicologia na Universidade de Pernambuco (UPE), extensionista no Núcleo de Estudos em Educação Cognitiva (Nueec) e integrante da atual gestão do Centro Acadêmico de Psicologia (Capsi) Iara.

Email: amilson0878@gmail.com**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3352008273231719>**Marcelle Beatriz Maria Cabral dos Santos**

Garanhuns, Pernambuco, Brasil

Graduanda em Psicologia na Universidade de Pernambuco (UPE). Integrante do Centro Acadêmico de Psicologia Iara Lavelberg na chapa vigente desde 2019, membro do Laboratório de Estudos em Ação Clínica e Saúde (LACS), atuante no projeto de extensão TransVERgente e na Liga Acadêmica de Terapia Cognitivo-Comportamental - LATCC (UPE).

Email: marcelle_beatriz_214@hotmail.com**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9331983635712497>**Recebimento:** 25/03/2021**Aprovação:** 19/04/2021

Q.Code

Editores-ResponsáveisDr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, BrasilDr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França